

**LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ NASCIMENTO:
porta-vozes da educação antirracista no Brasil**

**LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ NASCIMENTO:
portavoces de la educación antirracista en Brasil**

Luana Diana dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Em 9 de janeiro de 2003, ao sancionar a Lei Federal n.º 10.639, de maneira inédita, o Estado brasileiro não só reconheceu a persistência do racismo no país, como também seus impactos nefastos na educação. Com a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira no cotidiano escolar, a referida lei vem desencadeando uma série de mudanças nos espaços de conhecimento, do nível básico ao superior. Desde a sua promulgação, observa-se uma maior oferta de cursos de formação inicial e continuada de professores para o trato da diversidade, bem como a revisão de discursos, práticas, currículos e materiais didáticos. Notadamente, a legislação educacional vigente tem contribuído sobremaneira para o processo de reeducação da sociedade para as relações étnico-raciais. Nas linhas que se seguem, a fim de materializar os objetivos deste artigo, apresentarei o protagonismo de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, intelectuais e ativistas da causa negra, na promulgação da Lei n.º 10.639/2003. Por meio da análise crítica de artigos escritos e entrevistas concedidas por ambas nos anos finais das décadas de 1970 e 1980, é possível perceber nitidamente que, 30 anos antes da criação da lei acima mencionada, Gonzalez e Nascimento já apregoavam a necessidade de se construir uma educação antirracista. Uma educação comprometida com a valorização dos saberes produzidos pelo povo negro, capaz de fazer frente aos mecanismos de exclusão vivenciados por esse grupo social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para atingir os objetivos deste trabalho, trilhei alguns percursos. Além de mapear e analisar artigos e entrevistas dos anos de 1970 e 1980, em que Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento denunciaram a negação do direito à educação à população afro-brasileira

¹tolentinolua@gmail.com (Luana Tolentino)

(Gonzalez, 2018; Nascimento, 2021) e propuseram caminhos para a efetivação de uma educação antirracista, debrucei-me sobre documentos legais que normatizam e orientam a promoção de uma educação antirracista (Brasil, 2003; 2004). Do mesmo modo, busquei fazer uma interlocução com pensadores e pesquisadores que são referências nessa área de conhecimento, como Nilma Lino Gomes (2018), Kabengele Munanga (1995) e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011).

METODOLOGIA

Sobre a metodologia adotada neste trabalho, julgo importante destacar que, como reflexo dos avanços promovidos pela Lei n.º 10.639/2003, felizmente, hoje as entrevistas e artigos de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento são facilmente encontrados, uma vez que foram compilados em coletâneas e publicados por grandes editoras nacionais (Gonzalez, 2018; Nascimento, 2021). A maior circulação do pensamento de Gonzalez e Nascimento é percebida de maneira recorrente também em teses, dissertações, congressos e seminários, o que era praticamente inexistente antes dos anos 2000. Desse modo, a metodologia utilizada para alcançar os objetivos deste trabalho consistiu no levantamento de artigos e entrevistas destas intelectuais publicadas entre os anos 1970 e 1980, nas quais ambas dissertaram sobre a persistência do racismo no sistema escolar, assim como exigiram medidas que garantissem o ingresso e a permanência de sujeitos negros nos bancos escolares.

DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS

Analisando e interrogando os textos e as declarações de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, constatei que, embora o pensamento de ambas ainda seja pouco explorado no campo da Educação das Relações Étnico-raciais, elas apontaram caminhos para a criação da Lei n.º 10.639/2003, bem como para a construção de práticas pedagógicas e políticas educacionais antirracistas. Nascida em Belo Horizonte no dia 1.º de fevereiro de 1935, a antropóloga mineira não hesitou em apontar a escola como instrumento eficaz de propagação e manutenção do racismo. A esse respeito, escreveu: Se refletirmos um mínimo sobre a questão, não teremos dificuldades em perceber o que o sistema destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos

momentos de recreação apontam para o processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao terceiro grau já não mais se reconhece como negra. E são exatamente essas “exceções” que, devidamente cooptadas, acabam por afirmar a inexistência do racismo e de suas práticas. Quando se dá o oposto, isto é, a não aceitação da cooptação e a denúncia do processo de superexploração a que o negro é submetido, surge imediatamente a acusação de “racismo às avessas” (Gonzalez, 2018, p. 70). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, a sergipana Beatriz Nascimento, nascida em 17 de julho de 1945, destacou as diversas formas de ultraje experimentadas por meninas e meninos pretos ao longo do percurso escolar: a violência como uma espécie de “rito de passagem”, o silêncio dos professores e a ausência de “espelhos” nos quais esse grupo possa ver sua imagem refletida de forma positiva. São da historiadora as palavras a seguir: Quando eu comecei a mergulhar dentro de mim, como negra, foi justamente na escola que era um ambiente em que eu vivia com a agressão pura e simples, com o isolamento, com as interpretações errôneas, estúpidas das professoras, a ausência das pessoas da minha cor na sala de aula, a falta de referência. No meu caso específico, o mecanismo para romper com esta situação de adversidade em que eu vivia era justamente estudar e tirar cem, que era a nota máxima da minha época. Eu era uma criança extremamente bem comportada na escola primária, muitas vezes era elogiada pelas professoras porque eu era a mais educada, não pedia nem para ir lá fora durante a aula. O que eu era, era muito reprimida (Nascimento, 1982 *apud* Ratts, 2021, p. 118). Para juntar às citações anteriores, neste artigo, apresentarei tantas mais que evidenciam a relevância das reflexões e das ações de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento para que atualmente o Brasil tenha uma série de programas e projetos voltados para a equidade racial na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passadas mais de duas décadas da promulgação da Lei n.º 10.639/2003, em que os avanços são inegáveis e os desafios para a superação do racismo no cotidiano escolar continuam imensos, é fundamental destacar o valor inenarrável do pensamento e do ativismo de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento para a assunção de práticas e atitudes alinhadas com as premissas da referida lei, como também a relevância dessas intelectuais para pesquisas e estudos relativos à Educação das Relações Étnico-raciais.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez; Beatriz Nascimento; Intelectuais negras; Educação antirracista; Lei n.º 10.639/2003.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Lei n.º 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: MEC, 2003.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras.** São Paulo: União de Coletivos Pan-Africanistas, 2018. p. 190-214.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005. p. 15-20.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. In: RATTS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras:** relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 109-119.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Entre Brasil e África:** construindo conhecimento e militância. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.